

Interpelação Oral

Deputado José Maria Pereira Coutinho

Reestruturação das carreiras e resolução de problemas e injustiças dentro da função pública

É do conhecimento geral dos mais de quarenta mil trabalhadores da função pública, incluindo o pessoal das Forças de Segurança de Macau (FSM), que o regime de previdência é manifestamente insuficiente para sustentar os próprios e a sua família até aos oitenta anos de idade. Alguns deles, volvidos poucos anos após terem sido aposentados são obrigados a apanhar caixas de papelão para poderem sobreviver.

Por isso, uma larga maioria dos trabalhadores da linha de frente, incluindo o pessoal das FSM, sentem-se injustiçados, e o pessoal civil como por exemplo, os cozinheiros, auxiliares, pessoal marítimo, condutores, distribuidores postais, operários, fiscais, inspectores, topógrafos etc., pretendem ser tratados de forma idêntica aos trabalhadores do regime de aposentação que após aposentados continuam a receber os subsídios de família, residência e antiguidade.

Outra questão, manifestamente injusta e discriminatória tem a ver com a não contagem do tempo de serviço eventual do pessoal para uns e outros, para efeitos de descontos no fundo de pensões.

O pessoal das FSM clama pela injustiça de terem de trabalhar o ano inteiro tendo por base o acréscimo de 100 pontos do índice da tabela indiciária, ignorando-se os sábados, domingos, tolerâncias de ponto, horas extraordinárias, regime de turnos etc. Resumindo, os 100 pontos servem para cobrir tudo e a recente forma de cálculo ainda mais os prejudicou.

Muitos trabalhadores, querem aposentar-se após vinte anos de serviço efectivo, mas as autoridades competentes ainda não atenderam a estes pedidos.

Muitos exigem o fim da discriminação dos trabalhadores que ficaram de fora do regime de retroactividade dos índices por via da Lei n.º 15/2009, de 3 de Agosto.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando, que me sejam dadas respostas, de uma forma CLARA, PRECISA, COERENTE, COMPLETA e em tempo útil sobre o seguinte:

1. Desde o estabelecimento da RAEM que sucessivamente foram tomadas decisões injustas e discriminatórias entre os próprios trabalhadores criando divisões e tristezas nuns e outros com prejuízo para a qualidade dos serviços. Assim, vão as autoridades competentes estudar as situações acima referidas e encontrar soluções e adoptar medidas para acabar com as injustiças e situações discriminatórias dentro da função pública?
2. O Senhor ex-Chefe do Executivo prometeu estudar o problema de habitação aos trabalhadores da função pública, muitos deles forçados a residir no interior do continente. Assim, vai ser dada continuidade ao estudo para a construção de habitação para estes trabalhadores tendo em consideração a quase centena de terrenos devolutos que o Governo dispõe?
3. Vão as entidades competentes acelerar o processo de reestruturação das carreiras especiais e gerais da função pública por estarem neste momento totalmente desajustadas à realidade social?

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau

José Pereira Coutinho